



Ministério da Saúde  
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente  
Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis  
Coordenação-Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis

OFÍCIO CIRCULAR Nº 9/2025/CGIST/.DATHI/SVSA/MS

Brasília, 24 de dezembro de 2025.

**Assunto: Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de HIV como Problema de Saúde Pública pela Opas/OMS: agradecimentos e detalhamento do processo**

1. Em dezembro de 2025, o Brasil recebeu, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)/Organização Mundial da Saúde (OMS), a Certificação pela Eliminação da Transmissão Vertical de HIV como Problema de Saúde Pública. O presente ofício tem por objetivo reiterar nosso agradecimento a todas as pessoas que fizeram a diferença nessa conquista, além de detalhar, de forma sucinta, a trajetória do processo até a certificação.

2. Reconhecemos que essa é uma conquista alcançada pela luta de muitas mãos: da sociedade civil — especialmente as pessoas que vivem com HIV e aids —, que é o alicerce dessa mobilização, juntamente com o fundamental empenho de gestores e gestoras nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, da ciência e da academia, e das instituições parceiras envolvidas com a pauta.

3. O Brasil integra o grupo de países comprometidos junto à Opas/OMS com a eliminação da transmissão vertical de HIV, sífilis, hepatite B, doença de Chagas e HTLV como problemas de saúde pública até 2030. Esse compromisso nacional é endossado:

a) pelo Pacto Nacional para a Eliminação da Transmissão Vertical de HIV, sífilis, hepatite B e doença de Chagas como problemas de saúde pública (pactuado em nível tripartite): <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2022/pacto-nacional-tv-2022.pdf>

b) pelo Programa Brasil Saudável (Decreto n.º 11.908, de 6 de fevereiro de 2024), que inclui metas de eliminação dessas infecções de transmissão vertical até 2030: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel>

4. Visando reconhecer e impulsionar esforços em escala mundial, a Opas e a OMS estabeleceram a estratégia de certificação de países pela eliminação da transmissão vertical (<https://www.who.int/initiatives/triple-elimination-initiative-of-mother-to-child-transmission-of-hiv-syphilis-and-hepatitis-b/validation/process-and-tools>; <https://www.paho.org/pt/node/63553#highlights>). A certificação é concedida às nações que atingirem as metas de eliminação da transmissão vertical e provarem que possuem uma estrutura de saúde capaz de ofertar um atendimento de

qualidade, que inclua prevenção, testagem, tratamento e monitoramento e que respeite os direitos humanos.

5. O Brasil vem unindo esforços há mais de quatro décadas no enfrentamento do HIV e da aids. Com a oferta de tecnologias avançadas de prevenção, diagnóstico, monitoramento e tratamento universal como direito constitucional, seguimos garantindo acesso à saúde para a população mais vulnerabilizada, promovendo equidade, cuidado integral, enfrentamento de estigma e discriminação, e políticas públicas reconhecidas internacionalmente como modelo de saúde coletiva.

6. Assim, considerando a trajetória de 40 anos da resposta brasileira ao HIV e à aids e a qualidade do pré-natal no país, que culminaram na redução da transmissão vertical ao longo do tempo, o Ministério da Saúde, em colaboração com estados, municípios, sociedade científica, sociedade civil e instituições parceiras, realizou a revisão de processos, qualificou bancos de dados e sistematizou evidências em um Relatório Nacional de Validação da Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical do HIV como Problema de Saúde Pública no Brasil.

7. A construção desse relatório foi coordenada pela Coordenação-Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis (Cgist), e realizada juntamente com as áreas transversais, coordenações e diretoria do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (Dathi/SVSA/MS) e integrantes da Comissão Nacional de Validação (composta por demais secretarias do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e de conselhos profissionais, sociedades científicas, instituições parceiras, especialistas e sociedade civil). Nessa fase de construção do relatório, bem como em todas as etapas do processo, o Brasil contou com o importante apoio institucional da Opas. Antes da entrega oficial, o relatório também passou por revisão e foi validado pelos Coordenadores Estaduais e de Capitais dos Programas de IST, HIV e Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e ISTs e por Representantes da Comissão de Articulação com Movimentos Sociais em HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e ISTs (Cams) e da Comissão Nacional de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e ISTs (Cnaids).

8. No dia 3 de junho de 2025, por ocasião da abertura do XV Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis (SBDST), XI Congresso Brasileiro de Aids e VI Congresso Latino-Americano de IST/HIV/Aids – ExpoMag, no Rio de Janeiro/RJ, o Ministério da Saúde realizou a entrega formal do referido Relatório à Opas/OMS.

9. Após a análise do relatório pela equipe da Opas/OMS, o Brasil foi considerado apto para seguir com as próximas etapas do processo de validação. Assim, nos dias 13 e 14 de agosto, aconteceram reuniões *on-line* com o RVT – *Regional Validation Team* (Equipe Regional de Validação), convocado pela Opas/OMS e composto por especialistas de quatro grandes áreas: (1) Programas e Serviços de Saúde, (2) Capacidade Diagnóstica e Qualidade dos Testes, (3) Vigilância epidemiológica e Qualidade dos Dados e (4) Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Participação da Comunidade. Nessas reuniões, o Ministério da Saúde apresentou as ações do país para a eliminação da transmissão vertical de HIV, desenvolvidas de forma tripartite e em conjunto com a sociedade científica, a sociedade civil e demais instituições.

10. Entre os dias 18 e 22 de agosto, o Brasil recebeu a visita de especialistas do RVT, convocados pela Opas/OMS, com o intuito de validar *in loco* as informações fornecidas pelo país por meio do relatório. As visitas foram realizadas por três equipes e ocorreram de forma simultânea nos seguintes locais:

- Equipe 1: Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul) e São Paulo (São Paulo);
- Equipe 2: Bahia (Salvador), Goiás (Anápolis) e Distrito Federal (Brasília e Ceilândia);
- Equipe 3: Rondônia (Ariquemes, Cacoal e Porto Velho).

11. Após as visitas *in loco*, o Brasil realizou a qualificação dos dados e das informações, conforme solicitado pelo RVT, respondendo a questões ao longo do processo, segundo demanda da equipe da Opas. Todas as informações foram analisadas pelo RVC – *Regional Validation Committee* (Comitê Regional de Validação) da Opas, que encaminhou o pedido de certificação à OMS para seguimento do processo.

12. O GVAC – *Global Validation Advisory Committee* (Comitê Consultivo Global de Validação) da OMS realizou a análise do pleito e, no dia 10 de dezembro de 2025, após reunião *on-line*, esse comitê validou o pedido brasileiro de Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de HIV como Problema de Saúde Pública.

13. Para ser certificado, o Brasil demonstrou possuir uma Rede de Atenção à Saúde estruturada, com oferta de acesso universal, gratuito e equitativo de prevenção, testagem, monitoramento e tratamento para o HIV, com respeito aos direitos humanos e gestão participativa nas políticas públicas. Além disso, o país comprovou o alcance das metas de impacto e de processo definidas pela Opas/OMS para a eliminação da transmissão vertical de HIV como problema de saúde pública, sendo elas:

a) Metas de impacto:

i. taxa de transmissão vertical do HIV (2023):  $\leq 2\%$  (Brasil: 1,78% em 2023);

ii. taxa de incidência de crianças infectadas pelo HIV devido à transmissão vertical (2023):  $\leq 0,5$  caso por 1.000 nascidos vivos (Brasil: 0,06 por 1.000 nascidos vivos em 2023).

b) Metas de processo:

i. cobertura de pelo menos uma consulta de pré-natal (2023 e 2024):  $\geq 95\%$  (Brasil: 98,18% em 2023 e 98,89% em 2024);

ii. cobertura de testagem de HIV em gestantes durante o pré-natal (2023 e 2024):  $\geq 95\%$  (Brasil: 95,29% em 2023 e 95,21% em 2024);

iii. cobertura de tratamento de gestantes vivendo com HIV e/ou aids (2023 e 2024):  $\geq 95\%$  (Brasil: 95,05% em 2023 e 95,69% em 2024).

14. A certificação oficial do Brasil ocorreu no dia 18 de dezembro de 2025, em Brasília/DF, com a entrega do Certificado pelo Diretor da Opas, Dr. Jarbas Barbosa, ao Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Por meio desse ato, o Brasil se consolidou como o maior e mais populoso país do mundo a eliminar a Transmissão Vertical de HIV como Problema de Saúde Pública.

- Link do vídeo da entrega oficial da Certificado do Brasil: <https://www.youtube.com/shorts/avIPDz2EQSw>
- Link do vídeo da Opas sobre a Certificação do Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=plVfmreVknA>
- Link do webinar realizado pelo Ministério da Saúde, com a participação da Opas/OMS, Conass (Conselho Nacional de Secretários

de Saúde), Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), sociedade científica e sociedade civil sobre a Certificação do Brasil pela Opas/OMS pela Eliminação da Transmissão Vertical de HIV como Problema de Saúde Pública: <https://www.youtube.com/watch?v=vAXp0MBvBDC>

15. É imprescindível destacar a importância da certificação de estados e municípios instituída no país para alcançarmos a eliminação da transmissão vertical em nível nacional:

a) Em 2017, o Brasil adaptou o processo internacional da Opas/OMS ao seu contexto, estabelecendo a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV para estados e municípios com 100 mil habitantes ou mais. Esse processo visa reconhecer, incentivar e apoiar os territórios, promovendo a qualificação da vigilância e dos processos locais no âmbito da rede de atenção à saúde e do cuidado materno-infantil. Com o decorrer dos anos, foi incorporada a entrega de selos de boas práticas rumo à eliminação e incluída a certificação pela transmissão vertical e as inclusões das demais infecções transmitidas verticalmente, sendo a sífilis, hepatite B, doença de Chagas e HTLV (esta última em implementação).

b) Até o momento (2025), considerando as certificações pela eliminação da transmissão vertical de HIV, hepatite B e/ou sífilis e os selos de boas práticas, o Brasil possui um total de 180 municípios com 100 mil habitantes e dez estados certificados. A soma da população de todos esses estados e municípios é de 136.204.142 de habitantes, o que equivale a 64,07% da população brasileira.

c) Considerando somente o HIV, o Brasil possui 76 municípios com 100 mil habitantes ou mais e seis estados contemplados com o selo prata rumo à eliminação da transmissão vertical, e 94 municípios e três estados já certificados pela eliminação da transmissão vertical de HIV.

d) A certificação nacional de municípios e estados (<https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2024/guia-para-certificacao-eletronica.pdf/view>) promoveu uma intensa mobilização para o alcance das metas de eliminação da transmissão vertical no nível dos territórios, possibilitando a revisão e organização de processos, bem como a qualificação dos dados de vigilância e de atenção à saúde, contribuindo de maneira significativa para chegarmos ao alcance das metas em âmbito nacional. Além do engajamento das equipes locais no processo, destaca-se a importante participação da Equipe Nacional de Validação (ENV) e da Comissão Nacional de Validação (CNV) na certificação de estados e municípios.

e) Seguem os links vídeos sobre o Processo brasileiro de Certificação de estados e municípios para eliminação ou selo de boas práticas rumo à eliminação da transmissão vertical, produzido pela Opas em parceria com o Ministério da Saúde (o link ficará ativo por 30 dias e poderá ser feito download dos vídeos para fins de gestão, capacitação e orientação da equipe):

i. Vídeo 1: Detalhamento do Processo - [https://drive.google.com/file/d/1jonR72K2W7Bi\\_AxFz-MkxNK7-cbun1Fr/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1jonR72K2W7Bi_AxFz-MkxNK7-cbun1Fr/view?usp=sharing)

- ii. Vídeo 2: Papel da Equipe Nacional de Validação  
- <https://drive.google.com/file/d/1ldYx943RSbZb1Z6kn-5crBhOOo-qFpSE/view?usp=sharing>

16. Por fim, a Certificação do Brasil pela Eliminação da Transmissão Vertical de HIV, além de simbolizar uma conquista sanitária, reforça o compromisso do país com os direitos humanos, a equidade no acesso aos serviços de saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere à saúde global e ao fim da epidemia de HIV e aids, em consonância com a Agenda 2030 das Nações Unidas.

17. Para chegarmos até aqui, percorremos uma longa trajetória de pacto coletivo, que segue fortalecido para não somente mantermos a eliminação da transmissão vertical de HIV, como também para alcançarmos a eliminação da transmissão vertical de sífilis, da hepatite B, da doença de Chagas e do HTLV.

18. Em caso de dúvidas e questionamentos sobre o processo, seguimos à disposição pelos e-mails [cgist@aids.gov.br](mailto:cgist@aids.gov.br) e [cgist.certificatv@aids.gov.br](mailto:cgist.certificatv@aids.gov.br) e pelo telefone (61) 3315-7671.

Atenciosamente,

PÂMELA GASPAR

Coordenação-Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis

DRAURIO BARREIRA

Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis

MARIÂNGELA SIMÃO

Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente

---

**Referência:** Processo nº 25000.225001/2025-52

SEI nº 0052616806